

LUTO E LUTA PELA TERRA: UMA REVISITA AO CAMPO MARANHENSE A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE UMA VIÚVA CAMPONESA

Aline Souza Nascimento¹

RESUMO

O presente trabalho aborda as memórias de uma viúva de trabalhador rural assassinado em conflito de terra na região do Médio Mearim, no Maranhão. Presente no momento do ocorrido, juntamente com os filhos, ela entrou em luta corporal com o assassino e acabou matando-o, sendo levada a júri popular por homicídio e absolvida por legítima defesa. Buscamos analisar como ela se reconstrói a partir do vivido, no esforço de compreendê-la para além da situação de vítima. As suas memórias possibilitam a revisita ao campo maranhense e permitem o questionamento acerca do lugar ocupado pelas mulheres durante os conflitos agrários. O trabalho se faz relevante por resgatar uma situação de conflito na qual os camponeses não são, necessariamente, vítimas, recuperando informações que ficaram no anonimato. Ele traz a memória autobiográfica como principal categoria de análise e, como aporte teórico, as contribuições de Elizabeth Jelin (2001), Jonathan Grossman (2000) e Michael Pollak (1989). Está estruturado a partir de campo etnográfico, de entrevistas semiestruturadas e consulta a fontes bibliográficas e documentais.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos agrários. Campesinato maranhense. Migrantes.

DEUIL ET LUTTE POUR LA TERRE: UN RETOUR À LA CAMPAGNE DU MARANHÃO À PARTIR DES SOUVENIRS D'UNE VEUVE PAYSANNE

RESUMÉ

Le présent travail porte sur les souvenirs de la veuve d'un travailleur rural assassiné lors d'un conflit foncier dans la région du Moyen Mearim, à Maranhão. Présente au moment des faits, ainsi que ses enfants, elle s'est battue physiquement avec le meurtrier et a fini par le tuer, passant devant un jury pour meurtre et acquittée pour légitime défense. Nous cherchons à analyser la manière dont elle se reconstruit à partir de ce qu'elle a vécu, dans le but de la comprendre au-delà de la situation de victime. Ses souvenirs permettent de revisiter la campagne du Maranhão et de s'interroger sur la place occupée par les femmes lors des conflits agraires. Le travail est pertinent pour sauver une situation de conflit dans laquelle les paysans ne sont pas nécessairement des victimes, en récupérant des informations qui restaient anonymes. Il amène la mémoire autobiographique comme catégorie principale d'analyse et comme apport théorique les contributions d'Elizabeth Jelin (2001), Jonathan Grossman (2000) et Michael Pollak (1989). Il a été structuré à partir d'un terrain ethnographique, d'entretiens semi-structurés et de la consultation de sources bibliographiques et documentaires.

¹ Graduada em Ciências Humanas-Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: snascimentoaline@gmail.com.

MOTS CLÉS: Conflits agraires. Paysannerie maranhense. Migrants.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa a violência dos conflitos agrários na região do Médio Mearim, no Maranhão, a partir de uma experiência subjetiva. Nela, abordamos as memórias de uma viúva de trabalhador rural assassinado em um contexto de luta pela terra na década de 1990, no município de São Mateus, e como ela se reconstruiu a partir do vivido.

O assassinato do trabalhador é decorrente do avanço das forças políticas no campo maranhense, sobretudo a partir de 1960, com a ascensão dos militares ao poder, que descortinou um estado, antes caracterizado pelo “atraso”, como propício para receber o “novo” (COSTA, 1997). Desse modo, marcou historicamente um período de mudanças estruturais, particularmente na região do Médio Mearim, em virtude da abertura das fronteiras do estado ao capital nacional que trouxe novos atores para seu interior, como empresários e fazendeiros, que se somaram aos camponeses que ali já habitavam, provocando uma polarização nas formas de uso e apropriação dos recursos naturais.

A intervenção governamental no espaço agrário, por meio da expansão da grande propriedade rural via incentivos fiscais, provocou um desenvolvimento desigual entre a agricultura familiar e empresarial e agravou as desigualdades regionais existentes (CARNEIRO, 2013; MESQUITA, 2011), uma vez que estimulou a concentração fundiária e de renda e a expropriação camponesa (PORRO; PORRO, 2015). O resultado foi, além da desestruturação econômica das famílias, o uso predatório dos recursos naturais (CARNEIRO, 2013).

As transformações ocorridas nesse período modificaram as vivências desses camponeses, vindos em sua grande maioria do Piauí e do Ceará, principalmente a partir da década de 1920, em busca de melhores condições e de terras livres para viver (VALVERDE, 1957). Na década de 1980, foram registrados inúmeros conflitos e alguns casos relativamente bem-sucedidos de reação ao avanço capitalista aos seus territórios (MUSUMECI, 1988). Embora as consequências das suas ações tivessem um preço inevitável a ser pago, como o recrudesimento dos conflitos marcados por assassinatos como meio de intimidação e demonstração de poder (ARAGÃO, 1997), essa resistência era parte integrante de “um curso de ação que conduziria ao resultado que buscavam atingir” (HAZEL, 1995, p. 217).

Observamos, desse modo, uma recusa das famílias à tentativa de controle imposta pelas ações oficiais e a elaboração de respostas fundadas na sua cotidianidade. É essa capacidade de transformação

da realidade que analisamos nas memórias de dona Margarida², que diante da necessidade imposta pelo assassinato do seu marido, foi obrigada a matar para não morrer (ANDRADE, 1997). Nesse sentido, buscamos evidenciar sua resistência e como ela elaborou outros sentidos para o vivido.

O presente trabalho traz a memória autobiográfica como principal categoria de análise, utilizando como aporte teórico reflexões de Elizabeth Jelin (2001), Jonathan Grossman (2000) e Michael Pollak (1989). Ele se faz relevante por resgatar uma situação de conflito na qual os camponeses não são, necessariamente, vítimas, sendo possível recuperar informações que ficaram no anonimato e trazer à tona dados que podem acarretar desdobramentos teóricos e metodológicos importantes para nortear reflexões antropológicas posteriores (PANTOJA, 2008; AMADO; FERREIRA, 2006; ANDRADE, 1997).

Compartilhamos do entendimento de Nussbam (DAS, 1999) de que há uma espécie de conhecimento que funciona pelo sofrimento e captar uma tragédia pelo intelecto não é suficiente para ter um conhecimento humano real. Desse modo, como demonstrado por Taussig (1993), ao suscitar em nós um sentimento de dor, as experiências de violência nos fazem experimentar o sofrimento, podendo nos levar a adquirir outra consciência e entendimento acerca do horror e dos conflitos. Além disso, o silenciamento acerca de tais experiências e do que as causou gera desconhecimento e incerteza, assim como “o processo que permite às pessoas ultrapassar a condição de vítima passa pela sua recomposição como sujeito emocional e isto requer a expressão manifesta da vivência e de poder compartilhá-la” (JIMENO, 2008, p. 273).

O trabalho se estrutura a partir de entrevistas semiestruturadas e consulta a fontes documentais. Foram utilizados a cópia do Processo Jurídico de Dona Margarida; dossiê organizado pela CPT/MA composto por cartas de apoio e recortes da imprensa; projetos do Movimento de Viúvas e a obra “Justiça Privada e Tribunal – camponeses no banco dos réus”, organizada pela antropóloga Maristela de Paula Andrade. Essa obra compõe a coleção Célia Maria Côrrea, que apresenta informações do Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra (NAV/UFMA), coordenado pela antropóloga, e cuja atuação se deu entre 1991 e 1996.

² Identificamos nossa informante por um nome fictício para preservar sua identidade.

2. **“A GENTE MORRE E RESSUSCITA TAMBÉM”:** MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

Natural da cidade de Esperantina, no Piauí, dona Margarida se deslocou para a região do Médio Mearim em 1969. Esse trânsito migratório representou não somente a mudança de um lugar a outro, mas de um tempo a outro (MARTINS, 1986). Ao chegar à região, ela se deparou com uma temporalidade muito diferente, talvez, da vislumbrada através das narrativas dos seus pais. O Médio Mearim vivia um processo de transição do “tempo das terras sem dono” para “o tempo da grilagem e da expropriação de inúmeros trabalhadores rurais” (FERREIRA, 2016, p. 85).

A trajetória de dona Margarida se interligou com a de tantos outros nordestinos, principalmente cearenses e piauienses, que migraram conduzidos pelo objetivo de encontrar terras livres onde seria possível implantar suas lavouras de forma autônoma, uma vez que o Médio Mearim havia se constituído como um lugar rico em terras férteis e florestas que possibilitariam as práticas necessárias para a subsistência (FERREIRA, 2016; BARBOSA, 2007; ARAGÃO, 1997).

Entretanto, a memória acerca da região representada nas narrativas dos retirantes como a terra dos bons ventos (FERREIRA, 2016) passou também a ser habitada pelas narrativas do progresso e do desenvolvimento que enunciavam novos tempos (COSTA, 1997) e que trouxeram a impossibilidade das esperanças que moveram os migrantes até o Maranhão.

Conforme Sant’ana Junior (2009, p. 4), o “novo Maranhão” que se projetava se mostrou “altamente impactante sobre populações e ambientes e resultou no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos”. Assim, esse tempo que se projetava e que surgiu com o propósito de construção de um novo estado passou a ser um marco temporal na história de dona Margarida, bem como nas memórias e nas histórias de vida de inúmeros sujeitos que assim como ela se deslocaram para a região. O desenvolvimento e a “morte da pobreza” propagados pelo governo ampliaram os limites estruturais da miséria (COSTA et al., 1997) e a situação de vulnerabilidade em que se encontrava a maioria da população.

À privação econômica vivida por dona Margarida se somaram as necessidades advindas com sua gravidez precoce que a obrigaram a duplicar a quebra do coco babaçu, atividade econômica desenvolvida pela sua família, em virtude de ter que comprar os objetos para a filha que estava sendo

gerada. Dois meses após o nascimento da criança ela conheceu Silva³, tendo se juntado com ele aos quinze anos de idade. Dona Margarida teve mais sete filhos dos quais três morreram.

Depois de casada, motivada pelo marido, passou a desenvolver a atividade de costura que sempre desejou. A família tinha como principal meio de manutenção a agricultura, cuja produção era assumida por Silva. Ele era engajado no sindicato da região e, em 1987, se tornou delegado sindical, o que causava medo em Margarida, tanto por morarem em terras alheias como por conta dos cartazes que ele frequentemente levava para casa, os quais apresentavam imagens de trabalhadores assassinados em conflitos.

Antes de Silva assumir a direção do sindicato, em 1985, os conflitos haviam se intensificado em razão das possibilidades acenadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que, conforme Mendonça (2010), gerou indignação entre os proprietários de terra. O plano “visava conter a violência que grassava no mundo rural brasileiro – vitimando dezenas de trabalhadores abatidos sob a pecha de ‘invasores’ da propriedade privada – na mesma proporção em que crescia a capacidade de organização e mobilização dos homens no campo” (MENDONÇA, 2010, p. 90).

Em 1989, foi encontrado morto um dos “proprietários” envolvidos nos conflitos que se sucederam no povoado Alto Grande, em São Mateus, ocupado desde 1971 por algumas famílias provenientes do Piauí. Devido às disputas envolvendo os “proprietários” e os trabalhadores rurais, recaiu sobre esses últimos a acusação do assassinato (CPT, 1995).

Em virtude da sua atuação sindical e como forma de represália, Silva foi morto, em 19 de novembro de 1990, no povoado de Veloso, onde morava com a família. Presente no momento do assassinato, juntamente com dois dos seus filhos, dona Margarida entrou em luta corporal com o assassino e acabou matando-o. Ele era policial militar e realizava atividades extras nas horas vagas, como a de pistoleiro. Foi encontrada em seu bolso uma lista com nomes de outros trabalhadores que provavelmente também seriam executados, evidenciando “a conjugação e a possível alternância das matrizes e formas de violência perpetradas contra os trabalhadores rurais” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 22).

O assassino havia começado a frequentar as localidades do povoado no início do mês de novembro daquele ano, procurando conhecer Silva. Dona Margarida o havia encontrado antes do ocorrido, quando ele se dirigiu a sua casa à procura de seu marido, e desde esse momento afirma que

³ Nome fictício para preservar sua identidade.

o seu coração não se deu com o dele: “*nós tínhamos costume de oferecer comida quando o pessoal chegava meio-dia, deu vontade de eu oferecer; aí depois assim meu coração pediu pra mim não oferecer nada pra ele mesmo*”. As suspeitas da trabalhadora foram confirmadas “quando vê o pistoleiro disfarçado de ‘crediarista’ assassinando seu marido. A partir daí, frente à agressão, define sua posição como tentar escapar ou morrer, através da seguinte expressão: “... era a língua ou o beijo” (ANDRADE, 1997, p. 17).

Dona Maria,

“[...] em meio à confusão armou-se com um pedaço de pau e bateu na nuca do homicida, que caiu imediatamente no chão, aplicando-lhe depois outras pauladas nas pernas, até que o mesmo já não pudesse levantar. Não satisfeita, quando a vítima já não podia esboçar qualquer ato de defesa, a denunciada pegou o facão e cravou-o no pescoço do Soldado, após ter tentado fazê-lo no peito e na boca, não obtendo sucesso” (CARTÓRIO DE S.M., 1991, p. 3).

Nos exames cadavéricos contidos no Processo de dona Margarida, consta que a causa da morte do policial foi “hemorragia profusa por lesão de órgão vital produzida por arma branca”. Em decorrência da luta corporal travada com ele, ela também apresentava lesões corporais decorrentes de agressão física (pontapés) e a mão armada (facão). A trabalhadora afirmou que lutou muito até quando percebeu que ele já não reagia, mas sua intenção não era matá-lo, mas impedir que fugisse.

“Aí quando ele chega perto do Silva ele sacou a arma, aí disse que o que ele queria com ele era aquilo. Silva ainda se mexeu, mas não foi muito... Sei que ele caiu. Eu estava em cima do monte de madeira, com tudo que ele caiu – eu não sei, sinceramente, que até hoje eu não sei como foi que isso aconteceu, Deus mesmo sabe – aí eu peguei um pau. A arma que ele atirou no Silva, Silva caiu por cima; a arma ficou debaixo dele. Aí eu peguei um pau e mandei, comecei a “pipinar” ele. Ele me jogou os pés, me deu várias pesadas. Isso aqui meu [região da barriga] ficou tudo roxo, eu ainda me cortei, cortei minhas mãos, minha aliança ficou enfiada de tão inchada minhas mãos ficaram. Eu lutei muito com ele até quando ele acabou as forças. Eu pensei assim: eu quebro as pernas dele e ele não corre, mas aí eu fui além. Não sei como, eu sei que eu terminei dando um golpe nele com facão e ele morreu com esse golpe. Com esse golpe que eu dei nele ele estava vivo ainda, mas as pernas dele estavam tudo quebradas. Quando eu enfiei o facão nele, esse facão comprido que homem trabalha, aí ele ainda disse uma palavra pra mim: tu me matou desgraçada. Eu sai de cima dele, eu vi ele revirar os olhos mesmo. Morreu mesmo. Mas o facão enfiou que enfiou na areia do outro lado” (Dona Margarida, São Mateus, outubro de 2017).

Após o ocorrido, dona Margarida teve que se ausentar da cidade, pois os responsáveis e as motivações do assassinato do seu marido ainda eram desconhecidos e, em virtude disso, poderia sofrer alguma retaliação. A trabalhadora retornou à cidade após três dias, se apresentando à polícia e assumindo a autoria do ato. O inquérito policial comprovou as circunstâncias e concluiu que ela matou

em legítima defesa. Porém, posteriormente, a trabalhadora teve seu discurso separado da sua prática que foi ideologizada como violência (GROSSMAN, 2000). Sua prática foi classificada como homicídio simples por ter sido considerada “um meio desnecessário para repelir a agressão que sofrera seu marido, além da inexistência de ponderação no seu procedimento” (CARTÓRIO DE S.M, 1991, p. 3). A trabalhadora foi mandada a júri popular, realizado no dia 27 de setembro de 1995.

Para dona Margarida, a mudança nos rumos do processo ocorreu devido ao fato de os envolvidos serem trabalhadores, pois considera que “quando morre um lavrador, a Justiça nem se interessa, quando morre um pistoleiro, todo mundo se mete” (CPT, 1995, p. 29), sendo ainda barrada e descreditada sobre a autoria do seu ato por imaginarem que estaria assumindo a culpa para defender outra pessoa.

Na região, nos últimos vinte anos, havia sido registrado 1.830 casos de assassinatos envolvendo camponeses ou pessoas ligadas a eles, sendo que desse total apenas 4% dos casos tiveram julgamento e houve condenação só em 2% deles (CPT, 1995). Desse modo, ao questionar a “legalidade da injustiça” (DUSSEL *apud* RANGEL, 2004), dona Margarida se refere ainda à rapidez no andamento do seu julgamento, visto que as violências cometidas contra outros trabalhadores não despertaram o mesmo interesse dos órgãos competentes (SOUZA FILHO, 1997). Como afirmado por ela, “é o único caso que tá andando dentro de três anos, a justiça tomando providência na maior rapidez, né, porque querem que eu vá ao jurado, por causa disso, porque eu sou uma camponesa, uma mãe de família” (ANDRADE, 1997, p. 107).

Os quadros demonstrativos acerca das ações de violência contra trabalhadores rurais possuíam alguns aspectos, como uma evidente intencionalidade de “desorganizar redes de solidariedades essenciais ao exercício das atividades produtivas” (ALMEIDA, 1993, p. 15). Em virtude disso, “mata-se pai e filho, marido e mulher, sogro e genro, vizinhos e compadres, cujas relações sociais numa reciprocidade positiva, constituem o elemento essencial para assegurar um processo de produção permanente” (CCA *apud* ALMEIDA, 1993, p. 15). Embora houvesse registros de mulheres também mortas nos conflitos, esses se deram em menor número, “pois as mortes eram geralmente dirigidas aos homens em fase adulta ou aos filhos mais velhos, ficando as viúvas e os filhos órfãos em uma agravante situação no sentido de continuar subsistindo” (ACR, 1993, p. 2).

Entretanto, isso não significa que as mulheres não participaram desses processos de luta, pois foram não apenas atingidas por essas ações de violência como também atuaram contra elas, direta e indiretamente, e sua participação guarda algumas especificidades. É evidente que as imagens de

oprimidas e de vítimas frequentemente conferidas a elas não condizem com as suas diversas formas de colaboração, havendo ainda aquelas que exerceram uma opressão ou se tornaram “protagonistas do ressentimento” ao transformarem a perda familiar em demanda por justiça por meio da vingança (BARREIRA, 2001, p. 98).

O assassinato de Silva demonstra um dos aspectos dos crimes de pistolagem, no qual mulheres também assumiram a tarefa de mandantes, atuando como agenciadoras de violência. Na lista encontrada no bolso do policial constava o nome da “proprietária” da área em conflito e o número de telefone da sua madrasta, as quais foram apontadas como responsáveis pelo assassinato. Dona Margarida e a “proprietária” foram impulsionadas por sentimentos distintos ao tentarem defender a vida dos seus companheiros, porém surpreendem porque subvertem as visões de dominação.

Para Souza Filho, (1997, p. 73) “as instâncias que julgaram dona Margarida foram as mesmas que a negaram o direito à justiça visto que perdeu seu marido, assassinado pelo pistoleiro, na mesma situação que lhe transformou em ré”. Apesar da qualificação dada pelo Estado e das acusações sofridas, passando a ser vista como um “monstro”, dona Margarida não se considera assassina, demonstrando que “o menor descuido ou passo em falso na vida cotidiana pode resultar em experiências trágicas” (ANDRADE, 1997, p. 16), bem como qualquer pessoa em situação de desespero faria o mesmo que ela.

As constantes idas para audiências, as conversas com a juíza, o diálogo com os advogados de defesa e diversas outras situações vividas durante esse processo causaram grande sofrimento a dona Margarida, a levando a considerar desnecessária a realização de júri já que estava sendo duramente penalizada (SOUZA FILHO, 1997). Acredita que, se fosse condenada, àqueles que foram assassinados seriam injustiçados e os trabalhadores que se encontravam ameaçados seriam prejudicados devido sua condenação soar como um aval aos pistoleiros e fazendeiros locais matarem trabalhadores, visto que nada acontecia com eles.

Dona Margarida foi absolvida por legítima defesa, porém sabia que sua vida mudaria tanto se fosse condenada quanto absolvida (CPT, 1995). Após o julgamento, se mudou para a capital do estado, onde terminou de criar seus cinco filhos com os ganhos adquiridos do trabalho de cozinheira. Embora não gostasse da vida citadina, essa foi a forma encontrada de se distanciar das memórias ligadas ao povoado Veloso, das inferências de algumas pessoas que a barravam na rua querendo saber o que verdadeiramente havia acontecido. Na visão dos moradores locais, embora tenha sido absolvida, houve um assassinato e isso determinou a visão que construíram acerca dela.

Embora ela não se considere assassina, mas vitoriosa, o medo das acusações e dos julgamentos fez com que mantivesse um silêncio sobre seu passado, não no sentido de anulá-lo ou negá-lo, pois afirma que isso seria impossível, mas porque reconhece o controle exercido pela sociedade. Essa opção tem seu preço (GROSSMAN, 2000), uma vez que é obrigada a silenciar o que considera ter se constituído como motivo de orgulho pela resistência empreendida em defesa coletiva: de si, do marido, dos filhos e dos trabalhadores.

Além do silêncio imposto sobre suas memórias pelo Estado e pela comunidade, há também a “vontade de silêncio” (JELIN, 2001), de não despertar memórias que trariam sofrimento aos filhos, principalmente aos dois que estavam presentes no momento do ocorrido e que logo após foram separados numa tentativa de não comentarem entre si e, conseqüentemente, acabarem esquecendo. Ela nunca conversou com eles sobre o acontecido, como também eles nunca a questionaram, o que a alivia pois, para ela, significa que nela confiam.

“Graças a Deus que eles dizem que sou uma heroína. Me conforma né? Porque eles entendem [...]. Se meus filhos me vissem assim: mamãe é uma assassina eu ficava muito... Eu não sei nem se eu resistia, porque é difícil né? [...] Eles acreditam muito em mim. Eles nunca me perguntaram essa história, nunca. Os dois que estavam presentes também nunca se comentaram. O outro era tão pequeno, tinha seis anos só, aí eu não sei, eu não sei se lembra também. Eles ficaram separados pra não ficarem juntos sabe? O padrinho do mais velho levou ele pra casa dele até eu arrumar uma casa pra eu morar mais eles. Quando eu arrumei uma casa vieram todo mundo. Aí o outro ficou comigo, pra evitar de serem comentando. Espero que eles se lembrem, mas se lembrar meio esquecido mesmo, porque é difícil” (Dona Margarida, São Mateus, outubro de 2017).

É interessante atentar que o silenciamento do passado de dona Margarida não implica a anulação dos sentidos construídos acerca dele (DAS, 2011). Por mais que haja um controle, não mais pelo Estado, mas pela sociedade que insiste em tipificá-la, ela recusa essa denominação. Nas suas palavras, *“a gente morre e ressuscita também”*. Desse modo, é possível compreender o ressuscitar da trabalhadora como a aceitação da perda e a construção de uma nova vida, marcada pela emergência de um novo sujeito que surge entre o luto e a luta, transformando a dor em benefício próprio e aprendendo a viver com ela (DAS, 2011).

3. VIÚVAS EM MOVIMENTO: LUTO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Às dores físicas e emocionais que a morte de Silva lhe causou, se somou a dor da separação. Dona Margarida relata que *“quando foi para acontecer a morte dele, tive um sonho, não sei se era alerta”*. Após quinze anos casada, ela foi acometida pela perda inesperada do seu companheiro, “com a

potencialidade da desorganização, da paralisação e da impotência” que a experiência da morte em vida ocasiona (KÓVACS, 1992, p. 150). Ao perceber que o seu marido estava morto, ainda confusa, já sentada no meio da estrada com os filhos encostados, afirma que *“podia chegar quem quisesse chegar me matava ali sentada porque eu não tive mais ação pra nada, só pra vir pra casa”*.

Conforme Motta (2005), são diferentes as formas de viver esse processo de luto que varia conforme a situação de classe e de gênero, mas também de acordo com os vínculos estabelecidos com o cônjuge que independem de classe social. Para Kóvacs (1992), a condição de viúva fragiliza porque, na maioria das vezes, são os homens os mantenedores do lar e a sua perda, nesses casos, ocasiona a desestabilização econômica e emocional diante das preocupações de ter que manter-se e aos filhos. Somado a isso, o investimento afetivo e a forma com que a morte ocorre, como também o estado em que fica o morto, contribuem para a internalização dessa experiência e para os sentidos construídos acerca dela (KÓVACS, 1992).

Após a morte do seu companheiro, dona Margarida teve que se virar sozinha. De acordo com ela, *“tive que ser marido, ser pai, ser mãe para criar os cinco filhos, pois ficaram sem pai, de repente ficar sem mãe, quando eles crescessem [diriam]: ô mamãe por que a senhora nos abandonou? Você nova, podia lutar pela gente”*. Diante do vivido, a trabalhadora afirma que entrou em estado quase depressivo, de total desespero, *“chorava todo dia, não tinha plano, não tinha trabalho e não sabia o que fazer da vida. Até quando apareceu na minha casa o Padre Flávio Lazzerin com Maristela Andrade e Rosa Machado e me convidaram para entrar no movimento das viúvas”* (JORNAL TEMPOS NOVOS, 1995, s/p). Foi no Movimento de Viúvas Vítimas da Violência no Campo, formado por mulheres com experiências semelhantes à dela, que dona Margarida encontrou o lugar onde pôde compartilhar seus sentimentos e encontrar apoio.

Em 1989, por conta do grande número de viúvas de trabalhadores rurais assassinados em conflitos e da situação econômica em que ficavam essas mulheres com seus filhos, surgiram as bases do movimento, como resultado da articulação da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), ligada à Igreja Católica (ACR, 1993).

A ideia de organização política do grupo se deu em 1991, por meio da contribuição do Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra, que apontou a necessidade de *“mobilização delas, no sentido de buscar seus direitos através de uma pensão por morte dos maridos ou mesmo uma indenização por parte do Estado, nos casos em que se evidenciasse sua participação ou omissão”* (ACR, 1993, p. 3). O intuito era oferecê-las, além das condições materiais para continuarem subsistindo, a percepção de *“que a morte dos seus maridos estava relacionada a um*

contexto de luta e que cabia aos responsáveis pela morte a reparação da perda” (SOUZA FILHO, 1997, p. 145).

Em 1991, foi realizado o 2º Encontro do Movimento de Viúvas para avaliação das suas situações após a morte dos seus maridos, do qual participaram viúvas dos municípios de Coroatá, Santa Luzia, Pio XII, Bacabal, São Luís Gonzaga, Olho D’Água das Cunhãs e Lago da Pedra. Na carta final do encontro, exigiam a abertura e o andamento dos processos, a pensão devida, escola para seus filhos e apoio financeiro para continuarem cultivando a terra (ACR, 1991).

“Constatamos que nossos maridos foram vítimas de criminosos frios, assassinos de aluguel, que não hesitaram de invadir nossas casas e, em alguns casos, matar nossos maridos em nossas camas. Constatamos que muitas de nós não só perdemos nossos esposos, mas que muitas de nós, não têm sequer o atestado de óbito dos maridos; não recebemos a pensão que nos é devida; que não houve justiça e que os assassinos continuam impunes. Em vista disso, resolvemos nos unir a outras viúvas do Maranhão e de outros lugares para exigir que o Estado tome providências para fazer justiça e reparar o mal que foi feito em nossas famílias. Não é possível que tantos crimes continuem a acontecer impunemente e que os assassinos continuem soltos, ameaçando outras famílias” (ACR, 1991, s/p).

As suas mobilizações não ficaram restritas ao estado, tendo se dirigido algumas vezes à Brasília para reivindicarem agilidade no atendimento de suas demandas, “determinação na condução do projeto de Reforma Agrária e justiça para punir os mandantes e assassinos dos trabalhadores rurais”, como noticiado no Jornal O Imparcial, em novembro de 1991.

Os estados do Pará, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins somavam mais de 300 viúvas nesse mesmo período. No Maranhão havia registros, até a década de 1990, de mais de cem viúvas de trabalhadores rurais assassinados em conflitos de terra. Essa realidade trágica permitiu o contato entre elas e a realização do primeiro encontro nacional de viúvas de trabalhadores rurais, em setembro de 1991 (JORNAL O IMPARCIAL, 1991).

Em 1993, o Movimento de Viúvas era composto por quase cinquenta mulheres e contava com o apoio de algumas entidades ligadas à Igreja Católica, que criaram as condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo, como encontros, reuniões, visitas a outras viúvas e participação em eventos estaduais e nacionais. Elas eram remuneradas como forma de compensar suas saídas, à medida em que tinham que se ausentar de casa ou das atividades agrícolas para desempenhar alguma atividade pelo movimento (ACR, 1993).

Embora o movimento seja resultante da mudança pela qual a Igreja Católica passou, na década de 1960, motivada pelo surgimento de teologias progressistas a partir das quais houve uma opção pelos

pobres e pela pastoral social (MARTINS, 1989); e a participação feminina esteja ligada a uma reelaboração e diversificação dos discursos relativos à mulher impulsionados, dentre outros fatores, pela difusão de novas definições de feminismo e pela denúncia da discriminação por sexo (ANJOS, 2009), a atuação da Igreja Católica no Maranhão, desde 1950, estava voltada para o plano social e para a luta pela reforma agrária (LUNA *apud* BARBOSA, 2013).

Antes da renovação no interior da entidade, que resultou no surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “a religiosidade e a catequese do povo do Maranhão já eram sementes bem plantadas. As rezas, as desobrigas e o zelo pelas capelas em certas regiões anteciparam o seu início” (CLEMENS, 1985, p. 13). Assim, quando começaram no estado, a Ação Católica Rural, posteriormente conhecida como ACR, já estava se organizando.

Foi com o surgimento das CEBs que a atuação da Igreja junto a esse “novo” público se intensificou e a visão acerca das mulheres sofreu algumas mudanças (ANJOS, 2009). Conforme Anjos (2009, p. 24), nas CEBs “houve uma massiva participação feminina e a mulher é pensada como o *elán*, a força motriz de mudanças sociais”. É nesse quadro de mudanças que o Movimento de Viúvas surgiu, sendo as trabalhadoras pensadas como “principais agentes da ação política, através do entendimento de que têm importante contribuição a dar na luta geral dos trabalhadores rurais” (SOUZA FILHO, 1997, p. 144-145).

A identidade de viúva se tornou elemento condensador acionado por agentes externos que passaram a articulá-las politicamente (SOUZA FILHO, 1997). Mesmo que haja registros de viúvas que tenham se engajado politicamente em organizações, movimentos sociais ou outras formas de luta, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), cuja existência foi marcada por uma diversidade de mulheres de diferentes faixas etárias (BARBOSA, 2013), o Movimento de Viúvas se constituiu uma novidade em virtude do seu caráter organizativo. O contato estabelecido com viúvas de alguns estados evidencia a existência de mobilizações semelhantes, mas no Maranhão o movimento adquiriu outros contornos em virtude do apoio recebido e do envolvimento direto de agentes, como docentes e acadêmicos que contribuíram para o registro histórico acerca das suas ações.

Apesar de não receberem ameaças, com exceção de dona Margarida, o engajamento político também despertava medo nessas mulheres. Havia uma preocupação constante e, em decorrência disso, frequentemente adotavam alguns procedimentos para se protegerem dos riscos aos quais estavam

expostas, como trocar a placa da casa para despistar possíveis procuras de pistoleiros, trocas frequentes de roupas e mudanças de cabelo.

O movimento surgiu na região do Médio Mearim, onde existia uma maior concentração de viúvas, principalmente em Bacabal, “como forma de luta por direitos e de reivindicação por justiça aos camponeses mortos em conflitos, mas também como forma de as tirarem da invisibilidade e do isolamento em que se encontravam” (SOUZA FILHO, 1997, p. 144). Como protagonistas, elas consideram que foram reeducadas e “*tornaram-se cidadãs*”, já que antes do ingresso no movimento “*eram cristãs não cidadãs*”, pois desconheciam seus direitos, conforme relatado por uma das viúvas. Além do desconhecimento de direitos, como observado por Souza Filho (1997, p. 144), muitas desconheciam o trabalho político desenvolvido por seus maridos quando vivos, embora “a maioria das mortes tenha ocorrido em função desse trabalho que se deu graças às contribuições delas, ao assumirem os cuidados com os filhos, o trabalho em casa e na roça, os liberando dessas atividades”.

O Movimento se constituiu como um espaço inovador por tê-las tornado “atrizes principais” de um novo e possível modo de organização e recomposição do mundo” (GOHN, 2008, p. 45). Convém destacar que a atuação das viúvas não se restringiu à reivindicação por indenização, mas também havia a demanda pela permanência na terra e, conseqüentemente, de condições dignas de vida para elas e para os seus filhos. Além disso, essas mulheres podem também ter se sentido livres para vivenciarem as descobertas e possibilidades advindas pelo ingresso nesse novo espaço.

Elas participaram da visita do Papa João Paulo II, em São Luís, em 1991, e do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, em 1992, que contou com a presença do Nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel. Conforme Souza Filho (1997), elas sempre incorporavam a identidade de viúvas, se vestindo totalmente de preto, provocando um grande impacto, pois a força moral do luto era estabelecida.

Embora o uso da identidade de viúva obedecesse às referências históricas, literárias e religiosas sobre o que é ser uma viúva (THEBAÚD, 2000), o seu emprego como elemento político acionado em momentos e espaços que lhes eram convenientes evidencia que ele era usado muito mais como mecanismo de enfrentamento do que como imposição. Além disso, aponta para as diferentes formas de viver a viuvez (BOUAES, 2007). As representações sobre o que é ser uma viúva, assim como “as representações acerca dos lugares de gênero são muito mais discursivas do que efetivamente práticas”, como nos faz perceber Barbosa (2013, p. 90) ao descrever como as narrativas muitas vezes condicionam lugares femininos e masculinos.

Deve-se considerar que “a viuvez é uma prática social aprendida no meio cultural em que se vive e através dos diferentes discursos que lhe atribuem sentido” (BOUAES, 2007, p. 103). As narrativas propagadas naquele momento pelos mediadores do movimento forneceram uma série de representações que foram partilhadas pelas viúvas e que contribuíram para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento que uniu o grupo. Essas representações foram absorvidas por dona Margarida e lhe permitiram confrontar os discursos que tentaram enquadrá-la ou deslegitimar sua atuação ao estabelecerem condutas condizentes com sua condição.

A viuvez, que pode se constituir como uma situação estigmatizante e marginal (FALCÃO, 2003), se tornou a forma de ingresso dessas mulheres no espaço político. Através dela, construíram uma imagem para si e de como gostariam de ser percebidas pelos outros (POLLAK, 1992), sempre a empregando em momentos estratégicos, “tanto nas relações com os diferentes aparelhos de poder como com outros movimentos sociais” (SOUZA FILHO, 1997, p. 147).

Apesar das atividades do grupo terem cessado, em virtude do tempo biológico – envelhecimento e morte –, ou porque algumas mudaram de cidade e estado, elas consideram que o grupo não deixou de existir. As que ainda estão vivas continuam em movimento, envolvidas em atividades de cunho sociopolítico ou recorrendo às práticas aprendidas, representando a memória viva acerca dos conflitos e fazendo com que as lembranças e os sentimentos daquele período ainda persistam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Tipo assim, se fosse um homem que tivesse matado ele talvez não tivesse passado por tanto constrangimento, do pessoal tá descreditando, tá perguntando, querendo saber, porque a gente vê todo dia homem matando outro. O problema é que eu era uma mulher e todo mundo ficou: uma mulher matar pistoleiro?” (Dona Margarida, São Mateus, outubro de 2017).

A narrativa e as memórias de dona Margarida possibilitam revisitar os conflitos ocorridos no campo maranhense e reescrevê-los a partir de outro olhar, de quem agiu não apenas como vítima das transformações sociais e econômicas que os atingiram, mas como quem sobreviveu e resistiu. Assim, quando suas memórias são expressas, observamos a resistência empreendida à tentativa de dominação de corpos já “marcados pelas temporalidades dilaceradas das contradições sociais” (MARTINS, 1986, p. 43) e que carregam consigo esse tempo do qual são representativos.

No jogo de forças que se desenvolvia no Maranhão, ainda eram muito presentes os resquícios da ditadura militar que se reproduziu no campo através dos projetos de desenvolvimento, cuja forma de implantação e de funcionamento guardava aspectos próprios dos governos que o adotaram e que exerceram uma pressão sobre as famílias camponesas. Entretanto, como afirmado por Thompson (1981), as pressões exercidas pelos processos estruturados são vividas de maneira diferenciada, bem como as respostas elaboradas também apresentam variações que desafiam as previsões deterministas que concebem a vida como dominada pelos processos históricos e minam qualquer capacidade de autonomia dos sujeitos.

Uma mulher matar pistoleiro evidencia que “*la structure* ainda domina a experiência”, mas que “as pessoas experimentam suas experiências como sentimentos e lidam com esses sentimentos” (THOMPSON, 1981, p. 189) nas suas cotidianidades. E que “diferentemente da planta e do animal, o ser humano não é simplesmente um exemplar de sua espécie, porque está escrita em sua essência a capacidade de começar e de desviar” (DROYSEN *apud* LORIGA, 2011, p. 97). Essa capacidade progressiva se visualiza em dona Margarida que, mesmo permeada pela dor, foi impulsionada pela situação diante da qual se encontrava e pela necessidade de continuar sobrevivendo (DAS, 2000).

O ingresso de dona Margarida no espaço político representa a mudança na sua vida que deu origem a outra mulher e possibilitou a ela outras interpretações sobre o vivido. Assim, os motivos que impulsionaram seu marido a permanecer na luta pela terra passaram a ser compreendidos, a levando a considerar que, apesar da maneira que ele morreu, “*ele morreu feliz, pois morreu dentro da luta que ele queria lutar*”. Nessa perspectiva, também compreende sua experiência com todos os descréditos, questionamentos e descrenças sofridos e considera que “*do jeito que ele foi firme na luta dele, que terminou ele dando a vida dele por essa área que nem nós nem os filhos dele se lucraram [...], também fui firme pra lutar pela minha absolvição*”.

A interpretação de dona Margarida demonstra a certeza que ela possui acerca da sua atitude, sendo a opção pelo silêncio “uma proteção de si e de sua história” (TELES, 2007, p. 67). Se a memória oficial construiu outra verdade acerca dos atores sociais que reagiram contra as violências, a trabalhadora decide guardar silêncio porque reconhece a dimensão do impacto que suas memórias poderiam causar no presente (SALVATICI, 2005).

Embora em algumas situações o silêncio evidencie o sentimento de culpa que os sujeitos possuem guardado dentro de si (POLLAK, 1989), percebe-se que a trabalhadora é consciente de que seu ato foi um ato político, o que contribuiu para o entendimento que ela construiu acerca de si própria.

O silenciamento, como afirmado por Izquierdo (*apud* TELES, 2007, p. 33), pode ser também “uma forma de escantear para um lugar menos acessível do cérebro, para um lugar periférico os acontecimentos e assim poder seguir vivendo, construindo uma nova vida e valorizando somente as recordações que valem a pena serem mantidas”.

A imagem que a trabalhadora construiu para si e apresenta a si e aos outros demonstra a forma como gostaria de ser percebida, sobretudo pelos filhos, se tornando essencial na sua reconstrução e na superação da tragicidade vivida (POLLAK, 1992), muito embora a construção dessa identidade tenha fugido dos cercos da casa e entrado num campo de disputa com agentes que buscaram construir outra imagem acerca dela.

Quando as memórias de dona Margarida invadiram o espaço público, suas lembranças do ocorrido se somaram à vontade de denunciar os crimes cometidos contra a população camponesa, acoplando reivindicações múltiplas e imprevisíveis (POLLAK, 1989), valendo-se ainda da sua condição de mãe, lavradora e dona-de-casa como elemento afirmativo da sua dignidade. Por mais que a trabalhadora se apoie no amor e na ética do cuidado, ações consideradas tipicamente femininas (JELIN, 2001), nas suas reivindicações também há a demanda por justiça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Apropriação de Terra: antagonismos e tensões sociais. *In*: **CNDDA**. Amazônia Brasileira em Foco. Campanha Nacional de Defesa e Pelo Desenvolvimento da Amazônia, p. 7-25, 1993.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). **Viúvas entre a violência e a impunidade**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1997.

ACR Animação dos Cristãos no Meio Rural. **Projeto Movimento de Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra**. ACR: São Luís, 1993.

ACR Animação dos Cristãos no Meio Rural. **Carta do 2º Encontro do Movimento de Viúvas**. ACR: Bacabal, 1991.

ANJOS, Gabriele dos. **Mulheres todas santas**: participação de mulheres em organizações religiosas e definições de condição feminina em igrejas cristãs no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2009.

ARAGÃO, Tobias. A destruição de Aldeia: conflito agrário e processo judicial. In: ANDRADE, Maristela (Org.). **Viúvas entre a violência e a impunidade**. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, p. 87-134, 1997.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, Maternalismo e Movimentos Sociais no Maranhão**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 16 n. 46, p. 97-117, junho/2001.

BOUAES, Caroline Stumpf. O envelhecimento e a viuvez da mulher num contexto rural: algumas reflexões. **RBCEH**. Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2007.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CARTÓRIO DO CRIME DE SÃO MATEUS. **Processo Jurídico Maria Rodrigues 66/91**. São Mateus, 1991.

HAZEL, François. Poder. In: BOUDON, R. (Org). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 213-245, 1995.

CLEMENS, Carolina. **É bom lembrar: um pedacinho da História das CEBs no Maranhão**. São Luís: Minerva, 1985.

COSTA, Wagner Cabral da. Do Maranhão Novo ao Novo Tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. **Curso de Formação Política (CPT /CEDOC)**, p. 1-33, 1997.

CPT Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos Agrários no Campo**. CPT, 1995.

CPT Comissão Pastoral da Terra. **Dossiê Maria Rodrigues**. São Luís, 1995.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**. n. 37, 2011, p. 9-41.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **RBCS**, v.14, n. 40, p. 31-42, 1999.

FALCÃO, Tania Maria Lago. **Dor sofrimento, dor encantamento**: retratos de vidas – ser viúva em cômodos médios pernambucanos. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FERREIRA, Milena Galdez. A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. **Outros Tempos**. v. 13, n. 21, p. 84-107, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GROSSMAN, Jonathan. **Violência e silêncio**: reescrevendo o futuro. História Oral. Rio de Janeiro: n. 3, p. 7-24, 2000.

JELIN, Elizabeth. **¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?** Los trabajos de la memoria. Espanha: Siglo Veintiuno, 2001.

JIMENO, Myriam. Lenguaje, subjetividad y experiencias de violencia. In.: DAS, Veena; ORTEGA, A. Francisco. **Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Instituto Pensar: Universidad Nacional de Colombia, p. 261-292, 2008.

JORNAL TEMPOS NOVOS. Novembro/Dezembro, 1995.

JORNAL O IMPARCIAL. São Luís, novembro, 1991.

KÓVACS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

MOTTA, Alda Britto da. **O mistério da ausência**. Estudo Interdisciplinar em Envelhecimento. Porto Alegre: v. 7, p. 7-24, 2005.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice, 1988.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton**: cem anos de história nos seringais. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORRO, Roberto. PORRO, Noemi S.M. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. v. 18, n.1, p. 1-20, 2015.

RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. **Uso alternativo de los derechos subjetivos**: derechos humanos como derechos insurgentes. El derecho que nasce del Pueblo. Serie Judicatura y democracia. Bogotá: ILSA, p. 211-233, 2004.

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. **Conflitos sócio-ambientais no maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís, 2009.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *In*: **História Oral**, v.8, n.1, p. 29-42, 2005.

SOUZA FILHO, Benedito. Sábado de Aleluia tem carne. In: ANDRADE, Maristela (Orgs.). **Viúvas entre a violência e a impunidade**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 1997.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1993.

THEBÁUD, Françoise. Muerte de los hombres, dolor de las mujeres. *In*: DUBYY, Georges; PERROT, Michele (Orgs.). **História de las mujeres en Occidente**. Santillana: Bogotá, 2000.

TELES, Edson Luís de Almeida Teles. **Os paradoxos da democracia**: memória política em democracias com herança autoritária. Tese (doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, p. 381-420, 1957.

Data de submissão: 06/12/2022

Data de aprovação: 28/02/2023